2 — O sócio que quiser ceder a sua quota, ou parte dela, a terceiro tem de obter, prévia e expressamente, a autorização da sociedade, a ser dada de acordo com o procedimento previsto nos números seguintes.

3 — O cedente deve comunicar a sua intenção à gerência, por meio de carta registada com aviso de recepção, especificando o nome do cessionário, os termos e as condições da cessão projectada.

4 — A gerência convocará a assembleia geral, para reunir no prazo máximo de quarenta e cinco dias a contar da recepção da comunicação, a fim de deliberar sobre o exercício do direito de preferência da sociedade.

5 — Se a sociedade não exercer o direito de preferência, ou não puder ou quiser fazê-lo na totalidade, este caberá em segundo lugar, aos sócios. Se mais de um deles preferir, a quota a ceder será dividida na proporção das suas entradas de capital.

6 — Se nem a sociedade nem os sócios exercerem o seu direito de preferência, nem for deliberada nem proposta ao cedente, nos termos do artigo 231.º do Código das Sociedades Comerciais, a amortização da sua quota, pode esta ser livremente cedida a terceiro.

7 — São dispensadas as formalidades previstas nos n.ºs 3 e 4 desta cláusula, se a deliberação sobre a cessão for unânime, se estiverem reunidos todos os sócios e todos estejam de acordo em deliberar sobre essa matéria, ou se todos outorgarem na escritura de cessão.

8 — Realizando-se a assembleia geral, referida no n.º 4, ficam os sócios que nela comparecerem obrigados a declarar se pretendem ou não exercer o seu direito de preferência, entendendo-se que renunciaram a esse direito se o não fizerem, ou se devidamente convocados não participarem nem se fizerem representar nessa assembleia.

9 — A cessão de quotas em favor de ascendentes, descendentes ou cônjuge não necessita de autorização, salvo se o cedente pretender efectuar cessões parciais, necessitando então de obter o consentimento da sociedade para a necessária divisão da quota.

10 — As cessões de quotas realizadas com violação do disposto nos números precedentes não são oponíveis à sociedade e aos demais sócios, não investindo o cessionário na qualidade de sócio.

CLÁUSULA 8.ª

É absolutamente proibido aos sócios constituir as suas quotas em garantia ou caução de qualquer obrigação, sem prévio consentimento da sociedade.

CLÁUSULA 9.ª

1 — A sociedade é administrada por um gerente que por si só vincula a sociedade.

2 — A gerência terá os mais amplos poderes de gestão e representação social permitidos por lei e pelo contrato, designadamente para:

a) Abrir contas bancárias, passar cheques, contrair empréstimos ou obter financiamentos e, bem assim, para realizar quaisquer operações de crédito comercial;

b) Negociar e outorgar todos os contratos no âmbito do objecto social e em que a sociedade seja parte;

c) Adquirir, alugar ou vender veículos automóveis para e da sociedade, bem como os direitos a eles inerentes;

d) Adquirir, alienar, onerar e locar estabelecimentos necessários à actividade da sociedade;

e) Subscrever, adquirir, onerar e locar estabelecimentos necessários à actividade da sociedade.

3 — O gerente não auferirá remuneração.

CLÁUSULA 10.ª

As disposições do Código das Sociedades Comerciais que sejam supletivas, podem ser derogadas por deliberação dos sócios, tomada por uma maioria de dois terços do capital social.

CLÁUSULA 11.ª

1 — A sociedade inicia a sua actividade a partir do dia 1 de Março de 1996.

2 — Fica desde já nomeado gerente o não sócio Manuel José Pires da Costa, casado, residente na Avenida de D. Nuno Álvares Pereira, lote 4, 3.º, esquerdo, em Almada.

CLÁUSULA 12.ª

Todas as questões emergentes deste contrato, designadamente quanto à validade das respectivas cláusulas e ao exercício dos direitos sociais entre os sócios e a sociedade, ou entre esta e o seu gerente ou liquidatários, devem ser dirimidas por um tribunal arbitral, a criar, funcionar e decidir nos termos da lei da arbitragem voluntária, Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

Está conforme o original.

14 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Armanda Maria Miranda Marrachinho*. 3000218187

MATEUS & CONDEÇA — SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 6742/930120; identificação de pessoa colectiva n.º 502932732; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 43/960206.

Certifico que foi reforçado o capital de 600 000\$ para 2 500 000\$ e alterado o pacto quanto ao artigo 3.º, passando a ter a seguinte redacção:

3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de dois milhões e quinhentos mil escudos e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de duzentos mil escudos e uma de um milhão e cinquenta mil escudos, ambas pertencentes ao sócio António Firmino Mateus, e uma de um milhão duzentos e cinquenta mil escudos pertencente ao sócio Rui Manuel Afaiate Condeça.

Foi depositado na pasta respectiva o texto completo do pacto social na sua redacção actualizada.

Está conforme o original.

17 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Armanda Maria Miranda Marrachinho*. 3000218069

A.P.L. INTERNACIONAL — ACTIVIDADES EMPRESARIAIS, GESTÃO E SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 8199/960318; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/960318.

Certifico que foi constituída a sociedade acima referida, cujo contrato é o seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma A.P.L. Internacional — Actividades Empresariais, Gestão e Serviços, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida de D. João I, 39-B, na freguesia e concelho de Almada, podendo, ser transferida, dentro do mesmo concelho ou para qualquer outro local de concelhos limítrofes por simples deliberação da gerência, bem como estabelecer sucursais, filiais ou outras formas de representação em qualquer local do território nacional ou estrangeiro.

3 — A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se hoje o seu início.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto:

a) Compra e venda de prédios rústicos e urbanos;

b) Aproveitamento e desenvolvimento turístico, em todas as suas modalidades dos prédios que possui;

c) Elaboração de estudos económicos e ou financeiros;

d) Prestação de serviços de consultadoria e gestão;

e) Representações.

2 — Mediante deliberação da gerência a sociedade poderá dedicar-se a outras actividades complementares ou afins ou por forma de participação noutras sociedades.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de um milhão de escudos, e encontra-se integralmente realizado em dinheiro e está dividido em três quotas: uma de oitocentos mil escudos do sócio António Joaquim Pina Fernandes, e duas iguais de cem mil escudos cada uma, uma de cada um dos sócios Leonette da Silva Mendes Pina Fernandes e Nuno Filipe Mendes Fernandes.

2 — Por deliberação da assembleia geral poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até vinte vezes o valor do capital social.

3 — Qualquer sócio, poderá fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que a assembleia geral acordar.

ARTIGO 4.º

1 — É livre a cessão de quotas entre sócios.

2 — A cessão de quotas, total ou parcial, a terceiros, só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento da sociedade e dos sócios.

ARTIGO 5.º

1 — A administração dos negócios sociais e a representação da sociedade, em juízo e fora dele, incumbem à gerência.

2 — A gerência será composta por um ou mais membros eleitos em assembleia geral, ficando contudo desde já, nomeado gerente o sócio António Joaquim Pina Fernandes.

3 — A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de qualquer dos gerentes;
- b) Pela assinatura ou assinaturas de um ou mais procuradores nos termos dos limites dos respectivos mandatos.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando a mesma tenha sido penhorada ou arrestada, se não for logo desonerada, ou se tiver sido vendida judicialmente.

2 — O preço da amortização, salvo acordo em contrário, será o valor nominal da quota, crescido ou diminuído da importância que proporcionalmente lhe corresponder nos fundos sociais ou nos prejuízos acumulados, e acrescido ou diminuído da parte dos lucros ou prejuízos do exercício decorrente, calculados em relação ao tempo, tudo de conformidade com o último balanço aprovado.

3 — O preço da amortização será pago em quatro prestações iguais, vencendo-se a primeira no acto da amortização e as restantes de seis em seis meses.

4 — Caso a sociedade não tenha fundos para a amortização, poderão estes ser submetidos à sociedade por um ou mais dos restantes sócios.

ARTIGO 7.º

1 — Os balanços serão anuais e encerrados em 31 de Dezembro de cada ano.

2 — Os lucros líquidos neles apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de Reserva Legal, sempre que a tal houver lugar, serão postos à disposição da assembleia geral para os fins que esta tiver por convenientes.

Está conforme o original.

14 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Armanda Maria Miranda Marrachinho*. 3000218194

DOC 2 — EMPREITEIROS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 8050/951123; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 21/951123.

Certifico que foi constituída a sociedade acima referida, cujo contrato é o seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma DOC 2 — Empreiteiros de Construção Civil, L.^{da}, tem a sua sede na Avenida do General Humberto Delgado, 3, 4.º, E, na Costa da Caparica, freguesia da Costa da Caparica, concelho de Almada.

§ único. A sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe por simples deliberação da gerência, e a sociedade poderá abrir ou encerrar agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na execução de obras de construção civil em geral, directa ou por subcontratação.

§ único. A sociedade poderá subscrever e adquirir participações de qualquer espécie em sociedades, nacionais ou estrangeiras, com objecto social idêntico ou diferente do seu, bem como participar em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social é de um milhão de escudos e corresponde à soma de duas quotas: uma de novecentos e oitenta mil escudos, pertencente ao sócio José Joaquim do Ó Caeiro e outra, de vinte mil escudos, pertencente à sócia Maria da Conceição do Ó Caeiro.

A sócia Maria da Conceição do Ó Caeiro realizou integralmente, a sua quota, em numerário; o sócio José Joaquim do Ó Caeiro apenas realizou, em numerário, cinquenta por cento da sua quota, devendo os restantes cinquenta por cento ser realizados, também em numerário, no prazo máximo de quatro anos.

§ 1.º Aos sócios não serão exigíveis prestações suplementares de capital.

§ 2.º Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete ao sócio José Joaquim do Ó Caeiro que, desde já, fica nomeado gerente.

§ 1.º Para a sociedade ficar validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, é suficiente a assinatura de um gerente.

§ 2.º A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

§ 3.º É vedado à gerência obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e outros actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios, é livremente permitida. Depende sempre do prévio consentimento da sociedade a cessão de quotas a estranhos, sendo, neste caso, conferido o direito de preferência, em primeiro lugar, à sociedade, e, em segundo, aos sócios não cedentes, na proporção das quotas de que, ao tempo, sejam titulares.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos casos previstos na lei e ainda nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência, insolvência ou cessão gratuita;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de qualquer sócio;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade tomado, por maioria, em assembleia geral.

§ 1.º Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

§ 2.º Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

§ 3.º Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 7.º

Quando a lei não prescreva outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme o original.

14 de Janeiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Armanda Maria Miranda Marrachinho*. 3000218229

MADRUGADABRILHA — SOCIEDADE INDUSTRIAL LIMPEZAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 8185/960305; identificação de pessoa colectiva n.º 503610283; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 01/960305.

Certifico que, entre Francisco João Eduardo Mimoso e Maria Clementina Matos da Piedade Mimoso, foi constituída a sociedade acima referida, cujo contrato é o seguinte:

1.º

Firma

A sociedade adopta a firma MADRUGADABRILHA — Sociedade Industrial Limpezas, L.^{da}

2.º

Sede

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Ary dos Santos, 29, Centro Comercial Cinza Parque, loja 5, freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — É dispensada a deliberação dos sócios para a criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.